



Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - PLDO 2021 - Informativo

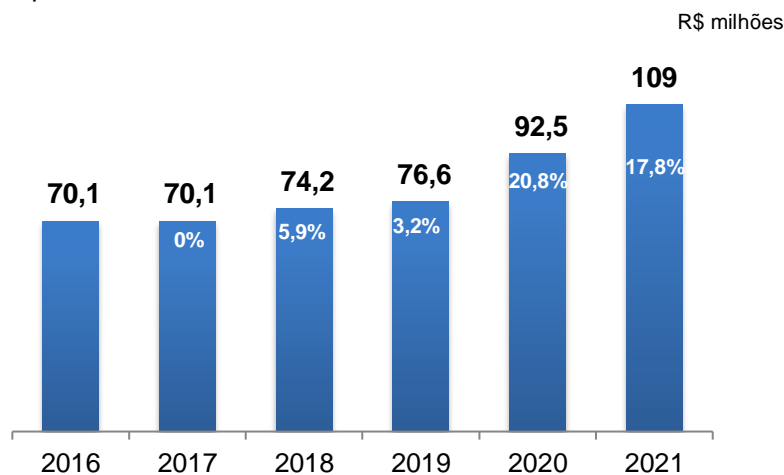


O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), entre outras disposições.

Emendas Individuais

Reserva parlamentar

A reserva parlamentar proposta para 2021 corresponde a **0,43% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2019**. Isso representa um valor de **R\$ 109 milhões**.



Em termos nominais, a reserva parlamentar para 2021 é **17,8%** maior do que a de 2020. Esse incremento é superior à expectativa do mercado¹ para a inflação de 2020, que deve atingir o patamar de 1,63%.

Dividida entre os 49 deputados estaduais, a reserva possibilitará a apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2021 até o montante de R\$ 2.223.740,00 por parlamentar.

**Reserva parlamentar por deputado:
R\$ 2.223.740,00**

No âmbito federal, até 2017, as emendas individuais do Congresso Nacional tinham que ser obrigatoriamente executadas em 1,2% da RCL realizada no exercício anterior. A partir de 2018, com o advento da EC 95/2016, que estabeleceu o teto de gastos da União, o montante de execução obrigatória aplicável passou a ser o do exercício de 2017 atualizado pelo IPCA, conforme o art. 111 do ADCT.

¹ Conforme relatório de mercado do Banco Central de 31/07/2020.

Limite mínimo de valor

A dotação de cada emenda individual ao projeto de lei orçamentária não poderá ser inferior a:

- **R\$ 20.000** – Caso seja destinada a entidades privadas
- **R\$ 60.000** – Nos demais casos

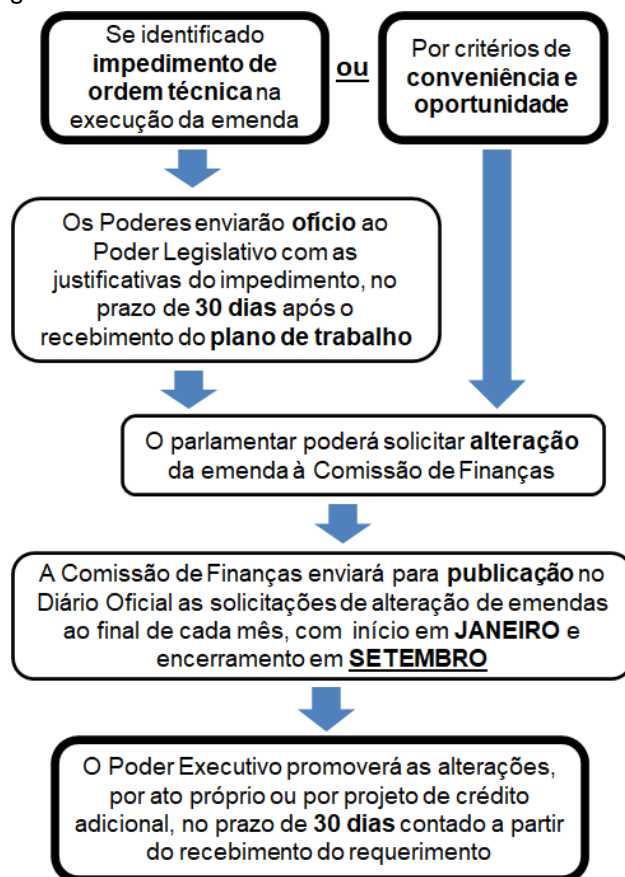
Áreas temáticas

As áreas temáticas autorizadas a receber emendas individuais são as seguintes:

1	Saúde
2	Educação
3	Segurança pública
4	Investimentos em equipamentos para o Hospital do Servidor ou para o Hospital da Polícia Militar
5	Planos de trabalho municipais apoiados por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM
6	Convênios já celebrados entre o Estado e os municípios e que estejam em andamento
7	Infraestrutura hídrica, urbana e rural
8	Direitos da cidadania
9	Assistência social
10	Gestão ambiental
11	Cultura, exceto promoção de festas, shows, feiras e demais eventos culturais

Alteração de emendas

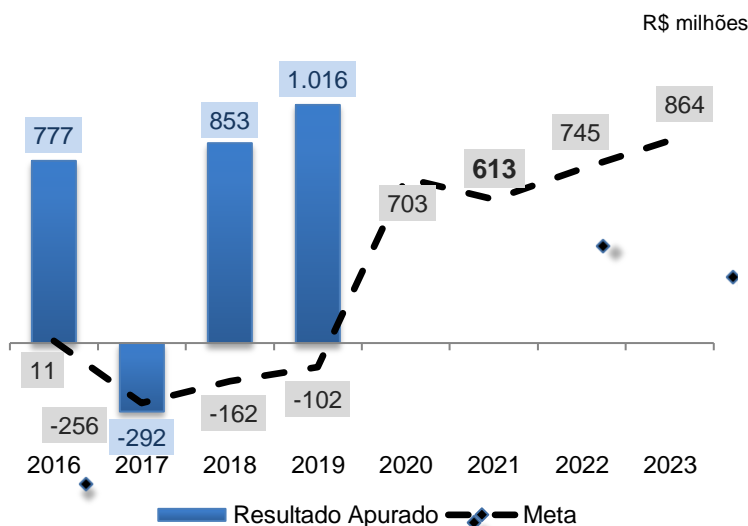
A alteração de emendas deverá atender ao seguinte fluxo básico:



Metas para o Resultado Primário

O resultado primário é um indicador que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas não financeiras. Superávits primários contribuem para a redução do estoque da dívida pública, sendo importantes para a sustentabilidade da política fiscal. Por outro lado, déficits primários indicam uma maior necessidade de financiamento do setor público.

O gráfico abaixo evidencia as metas de resultado primário para o Estado de Pernambuco, desde 2016. Para os exercícios já encerrados, apresenta também os resultados efetivamente apurados.



Fonte: LDOs de 2016 a 2020 e PLDO 2021.

Após registrar relevante superávit primário em 2019, em torno de R\$ 1 bilhão, o PLDO 2021 projeta um cenário mais moderado para o próximo triênio. Essa moderação pode ser decorrente das dificuldades que serão enfrentadas para a retomada do crescimento econômico após a pandemia.

Previdência dos Servidores

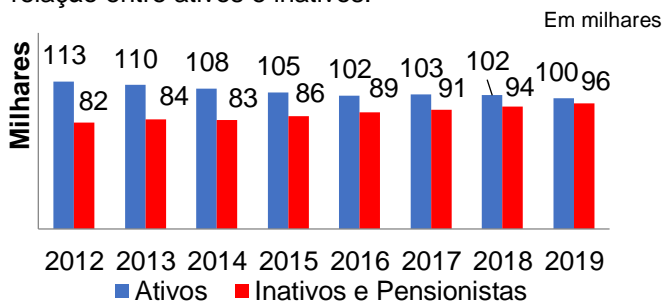
O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores do Estado funciona no modelo de repartição simples, ou seja, as contribuições arrecadadas são destinadas para o pagamento dos benefícios previdenciários atuais.

Contribuem para o sistema:

- **Ativos Civis:** 13,50% até 31/07/2020 e 14% a partir de 01/08/2020 sobre a remuneração.
- **Beneficiários civis (aposentados e pensionistas):** 13,50% até 31/07/2020 e 14% a partir de 01/08/2020 sobre os proventos que ultrapassam o teto do INSS.
- **Estado de Pernambuco – previdência dos servidores civis:** 27% até 31/07/2020 e 28% a partir de 01/08/2020 sobre a folha de ativos civis.
- **Ativos militares¹:** 9,50% em 2020 e 10,50% a partir de 2021 sobre a remuneração.
- **Beneficiários militares:** 9,50% em 2020 e 10,50% a partir de 2021 sobre o valor total do benefício.

O RPPS de Pernambuco vem apresentando déficits elevados. Os déficits registrados nos últimos anos foram de R\$ 2,48 bilhões em 2017, R\$ 2,59 bilhões em 2018 e R\$ 3,03 bilhões em 2019.

Esse déficit vem sendo acentuado por conta da relação entre ativos e inativos:



Fonte: LDOs de 2016 a 2020 e PLDO 2021.

Estimativa da Renúncia da Receita

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, bem como de medidas de compensação.

Tributo	Modalidade	Setores/Programas Beneficiários	Renúncia de Receita Prevista			Compensação
			2021	2022	2023	
ICMS	Crédito presumido e redução de base de cálculo	Atividade Portuária / PEAP	66.104,18	67.756,78	69.450,70	Ampliação da base tributária por meio do aperfeiçoamento dos processos de fiscalização e de acompanhamento dos contribuintes.
	Crédito presumido e diferimento	Setor de Calçados / PROCALÇADO	2.964,80	3.038,92	3.114,89	
	Crédito presumido, diferimento e aproveitamento do saldo devedor	Setor Automotivo / PRODEAUTO	671.965,42	688.764,55	705.983,67	
	Crédito presumido e diferimento	Setores Industrial e Comercial Atacadista / PRODEPE	1.596.966,92	1.636.891,09	1.677.813,37	
	Crédito presumido	Setor Industrial / PROIND	92.828,61	95.149,33	97.528,06	
Demais			211.376,51	216.660,93	222.077,45	
TOTAL			2.642.206,44	2.708.261,60	2.775.968,14	

Fonte: PLDO 2021.

¹ A Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, estabeleceu as alíquotas de 9,5% para os militares ativos e inativos vinculados aos estados da Federação e retirou a contribuição patronal sobre a folha de ativos militares. Contudo, o Estado continua obrigado a realizar aportes em caso de déficit previdenciário.